

Falta transparência ao governo

Aylé-Salassié

O Governo não age com total transparência, como sempre prometeu o presidente Sarney, ao decidir alterar o decreto-lei que atribuiu às instituições privadas de ensino a responsabilidade de fixar as anuidades nas próprias escolas, e que vem resultando numa intensa onda de protesto de estudantes e pais de alunos em todo o Brasil.

Foi o próprio Governo quem provocou — não se sabe exatamente a razão — essa situação ao retirar do Conselho Federal de Educação e do Conselho Ministerial dos Preços essa atribuição. Esses dois organismos, apesar de todas as dificuldades, conseguiam fixar, sem grandes

reações, nem das escolas nem dos alunos, as novas mensalidades, semestralidades ou anuidades.

A impressão que se tem é que o Governo tentou forjar uma situação política, para tirar dela frutos não-confessados, já que a fixação das tarifas pelas instituições de ensino privadas eram uma reivindicação de seus dirigentes, e que vinha se arrastando há vários anos, sem ser atendida sequer no período autoritário.

O Governo decidiu, no mínimo, fazer uma experiência original, colocando frente à frente pais de alunos e proprietários das escolas particulares na expectativa de se conseguir um sistema de taxas negociadas.

Se esta foi a intenção, o decreto que deu origem à nova sistemática não induz a isto, porque dá toda cobertura às escolas para a determinação das próprias taxas e cria dificuldades enormes para os estudantes e pais de alunos fiscalizarem as planilhas de custos das escolas. Ela só pode ser feita através de pedido formal ao Conselho de Educação, que reserva-se o direito de julgar, sem tornar público a sistemática de cálculo das taxas feitas pelas escolas.

Há, portanto, alguma coisa obscura na intenção do Governo, que agora quer aparecer como indignado com o comportamento dessas empresas.